

COMPANHIA DE ALUMINA DO PARÁ

CNPJ Nº 10.262.257/0001-75

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planejam realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis referem-se, fundamentalmente, à redução de valor recuperável de ativos. A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis. A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende que não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Área Financeira da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A Área Financeira da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades pré-operacionais da Companhia. A Diretoria estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A".

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades pré-operacionais da Companhia e agregada pela Área Financeira. Esta Área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades pré-operacionais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela Área Financeira. A Área Financeira investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de um ano		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 31 de dezembro de 2010			
Fornecedores e empreiteiros	5.918		
Em 31 de dezembro de 2009			
Fornecedores e empreiteiros	2.246		
Em 1º de janeiro de 2009			
Fornecedores e empreiteiros	433		

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e bancos	1	1.595	53
Aplicações financeiras de alta liquidez	32.169	30.568	36.006
	<u>32.170</u>	<u>32.163</u>	<u>36.059</u>

6 Impostos e contribuições a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	10.346	5.116	1.274
Programa de Integração Social - PIS	2.247	1.113	277
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.727	776	93
	<u>14.320</u>	<u>7.005</u>	<u>1.644</u>

Os créditos de PIS e Cofins são oriundos de aquisições de itens do ativo imobilizado.

7 Imobilizado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Terrenos	4.935	4.935	4.650
Construções em andamento	133.923	62.358	14.926
	<u>138.858</u>	<u>67.293</u>	<u>19.576</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e será utilizado em operações relacionadas à alumina. A administração da Companhia entende que tal ativo é plenamente recuperável, baseado no fluxo de caixa das operações futuras.

8 Intangível

Referem-se à aquisição de software.

	Software		
	Em 31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Saldo inicial			
Aquisição			139
Saldo contábil, líquido			<u>139</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Saldo inicial			139
Aquisições			482
Amortização			(52)
Saldo contábil, líquido			<u>569</u>
Taxa anual de amortização - %			20

9 Fornecedores e outras obrigações

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Fornecedores e empreiteiros	5.918	2.246	433
Impostos e contribuições	210	345	1.032
Outras contas a pagar		15	
	<u>6.128</u>	<u>2.606</u>	<u>1.465</u>
Analisado			
Passivos financeiros	5.918	2.261	433
Passivos não financeiros	210	345	1.032
	<u>6.128</u>	<u>2.606</u>	<u>1.465</u>

10 Passivo contingente

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia não apresentava passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a contingências.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito é composto por 2.143.204.237 ações ordinárias, sem valor nominal.

Na Assembleia Geral de Constituição - AGC, realizada em 04 de abril de 2008, a Companhia foi constituída com o capital social subscrito inicial de R\$ 1 representado por 1.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 10 de outubro de 2008, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 2.143.203 mediante a emissão de 2.143.203.237 novas ações ordinárias, sem valor nominal, com valor de subscrição de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Companhia possui capital estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil, no montante de US\$ 34.585 mil.

A movimentação da quantidade de ações (em milhares):

	Em milhares de ações ordinárias	
Ações subscritas em 4 de abril de 2008		1
Ações subscritas em 10 de outubro de 2008		2.143.203
Ações a integralizar		(2.087.390)
Ações integralizadas até 31 de dezembro de 2008		<u>55.814</u>
Ações integralizadas em 14 de janeiro de 2009		50.000
Ações integralizadas até 31 de dezembro de 2009		<u>105.814</u>
Ações integralizadas em 22 de fevereiro de 2010		72.951
Ações integralizadas até 31 de dezembro de 2010		<u>178.765</u>

Abaixo segue nova composição acionária após o aporte ocorrido em 22 de fevereiro de 2010:

Acionista	Nº ações	%
Calypso Alumina S.A. (subsidiária da Vale S.A)	109.046.563	61
Hydro Aluminium Pará BV	35.752.971	20
Dubai Aluminium Company Limited	33.965.323	19
Total	<u>178.764.857</u>	<u>100</u>

(b) Reservas de capital

A reserva de capital é constituída pelo ágio na emissão de ações, ocasionada pelo aporte de capital do dia 22 de fevereiro de 2010, superior ao valor nominal de subscrição em R\$ 4.208.

Barcarena, 01 de março de 2011.

Carlos Ariel Ferreyra
Diretor Presidente

Luiz Gustavo Correa
Diretor Executivo

Sebastião José Rosa

Gerente de Área de Contabilidade e Planejamento Fiscal
Contador - CRC/RJ 39332/0-S-PA
CPF 444.627.357-49



PricewaterhouseCoopers
Rua da Candelária, 65 11º, 14º, 15º e 16º
Cjs. 1302 a 1304
20091-020 Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 949
Telefone (21) 3232-6112
Fax (21) 2516-6319
pwc.com/br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Administradores e Acionistas Companhia de Alumina do Pará S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Alumina do Pará S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Alumina do Pará S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "S" PA

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O "S" PA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

O Conselho de Administração da Companhia de Alumina do Pará - CAP, tendo examinado, o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Faça ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Barcarena, 31 de março de 2011.

Johnny Undeli
Presidente

Fernando Simões Henriques
Conselheiro

Eivind Kallevik
Conselheiro